

Entre História e Memória: A Campanha em Defesa da Escola Pública em São Paulo em meados do século XX e a participação do movimento estudantil

João do Prado Ferraz de Carvalho^{1*}

Resumo: A historiografia brasileira tradicionalmente recorre ao envolvimento dos chamados educadores liberais objetivando compreender a constituição de nosso sistema educacional. Sob o manto de “pioneiros”, “escolanovistas”, “renovadores”, etc, abriga-se um conjunto vasto de sujeitos históricos. O intuito aqui é compreender esse envolvimento nos embates relativos à defesa da escola pública atentando-se principalmente para a constituição de uma determinada memória histórica produzida a partir dos escritos sobre tal temática. Dialogando com essa produção e transitando pelas complexas articulações entre memória e história, trabalha-se com a tese de que determinados fatos, sujeitos e projetos históricos foram iluminados enquanto outros foram apagados, entre esses a participação dos estudantes na luta pela escola pública.

Palavras-chave: movimento estudantil e escola pública; historiografia educacional; história e memória.

Abstract: The traditional Brazilian History turns to the involvement of those called liberal educators in order to understand the Constitution of our Educational System. Covered by the "pioneers", "escolanovistas" and "renovadores", etc., there is a vast group of historic subjects. The objective here is to understand this involvement concerning to the defense of a public school observing specially the constitution of one specific historical memory coming from some abstracts about this topic. Juggling with this production and crossing the complex articulations between memory and history, we work on the statement that specific facts, groups and historical projects were lighted up while some were switched off, among them the students participation in the fight for the public school.

Key words: the students' movement and the public school; Educational History; History and Memory.

A historiografia educacional brasileira, quando trata do tema escola pública no Brasil durante o século XX, tradicionalmente recorre ao envolvimento dos chamados educadores liberais objetivando compreender a constituição de nosso sistema educacional. Sob o manto de “pioneiros”, “escolanovistas”, “renovadores”, etc, abriga-se um conjunto vasto de sujeitos históricos frequentemente acionados com destaque na busca de dar a esse processo inteligibilidade histórica.

Sem questionar a importância de nomes como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, assim como dos “novos pioneiros da educação nova”, como Laerte

¹ *Doutor em História da Educação e professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Ramos de Carvalho, Roque Spencer Maciel de Barros, João Eduardo Rodrigues Villalobos,² entre outros, o intuito neste texto é compreender a participação desses sujeitos históricos não apenas nos embates com os quais se envolveram na defesa da escola pública, mas atenta-se principalmente para a constituição de uma determinada memória histórica produzida a partir dos seus escritos sobre tal temática. Dialogando com essa produção e transitando pelas complexas articulações entre memória e história, trabalha-se com a tese de que determinados fatos, sujeitos e projetos históricos foram iluminados enquanto outros foram apagados.

Entende-se que um dos apagamentos produzidos e cristalizados na memória educacional foi a participação do movimento estudantil na Campanha em Defesa da Escola Pública, que na perspectiva anunciada acima é aqui estudada. Sendo assim, optei por desenvolver uma reflexão sobre a relação entre memória e história, selecionando para esse fim um fragmento da historiografia educacional brasileira, historiografia essa aqui entendida como lugar de memória.

Para dar conta de tal empreitada, problematizo a construção de uma determinada memória sobre um importante movimento desencadeado pela sociedade civil no final dos anos 50 do século XX, a Campanha em Defesa da Escola Pública, citada acima. Estudo esse movimento menos preocupado com a sua reconstituição histórica, centro minha atenção no sentido de interrogar uma determinada memória construída a seu respeito.

Resultante dos embates ocorridos em torno da tramitação da LDB 4.024/61 pelo Congresso Nacional na sua fase final, desencadeou-se como uma mobilização da sociedade civil que questionava o caráter privatista de tal Lei.³

Trabalho aqui na perspectiva de questionar a memória educacional erigida sobre este movimento. Procuro averiguar a hipótese de que a produção de determinadas versões sobre os acontecimentos históricos constituem-se em fontes para o historiador, transmutando-se assim em testemunhos no sentido de documentos, apagando nesse processo outras leituras, o que nos obriga a refletir sobre “o caráter monumental dos documentos” na concepção de Le Goff (1984).

Zaia Brandão em seu trabalho sobre Paschoal Lemme (1999), procurando transitar “por entre as memórias e as histórias da Escola Nova no Brasil”, aposta na proposta de

² Ver Carvalho (2003).

³ Sobre o desenvolvimento da Campanha, consultar Carvalho (2003)

“trabalhar todo documento como monumento”. Esta postura quando de seus estudos, levou-a a caracterizar a memória dos pioneiros sobre a trajetória histórica da Escola Nova no Brasil, objeto de seu estudo, como monumento.

A partir de Le Goff, Brandão trabalha com a tese de que as memórias, assim como os monumentos, resultam de um esforço “para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias” . Explicitando sua postura metodológica diante das fontes, afirma que “caberia portanto trabalhá-las enquanto montagens interessadas que, para terem valor de testemunhos, precisariam ser desmontadas, analisadas e problematizadas enquanto memórias/monumentos.” (1999: 16)

Porém, se os pioneiros constituíram uma determinada memória, os historiadores que se debruçaram sobre este objeto de estudo, a Escola Nova no Brasil, constituíram outra, ou seja, a historiografia também cristalizasse como memória.(Brandão: 1999).

Tendo presente estas preocupações acima expostas, pretendo aqui fazer a leitura de um momento de nossa história educacional, momento esse que, na minha avaliação, também deve ser pensado a partir da relação memória/história, e a partir da chave explicativa segundo a qual a historiografia também se converte numa memória.

Defendo que a leitura que se cristalizou na historiografia brasileira sobre a Campanha em Defesa da Escola Pública tem sua matriz no livro *Diretrizes e Bases da Educação: Ensino e Liberdade*, de João Eduardo Rodrigues Villalobos, publicado em 1969, e que, portanto, deve ser estudado como documento/monumento.

Primeiro trabalho que procurou descrever a história dos 13 anos de tramitação das diferentes propostas de projetos de LDBs pelo Congresso Nacional⁴, esse livro transformou-se numa matriz da qual derivou a forma predominante de tratar a história dessa tramitação e é citado em todos os textos importantes por mim consultados que tratam da temática educacional em meados do século XX no Brasil.

⁴ O primeiro projeto foi enviado pelo Ministro da Educação de Dutra, Clemente Mariane, em 1948. Portanto, em 1961, ano de sua aprovação, completava 13 anos de tramitação,.

A principal característica dessa obra é o seu posicionamento em relação aos acontecimentos a partir de uma visão liberal⁵, embora esse fato seja negado pelo autor logo na introdução do texto.

Nutrindo-se de um conjunto rico de fontes, o autor afirma que com o seu trabalho não objetivou “abordar os fatos que caracterizaram a referida época a partir de um ponto de vista histórico determinado e, muito menos, enquadrá-lo num sistema de idéias em função das quais pudessem, eventualmente, ganhar este ou aquele significado” (Villalobos, 1969, XIII). Em suas palavras o que pretendeu foi

seguir certos dados que me pareceram mais relevantes, dados que me permitissem trazer à luz alguns dos motivos que estiveram por trás da tramitação do Projeto de diretrizes e Bases da Educação no Congresso Nacional e que, uma vez considerados, pudessem servir de subsídios à compreensão do drama do ensino brasileiro. Por isto, sem esquecer embora as ideologias que se defrontaram quando se discutia o projeto, e em nome das quais, de forma explícita, diferentes orientações eram defendidas, preocupou-me muito mais a pesquisa dos motivos concretos que subjaziam às razões exteriorizadas e às justificações propostas, na forma pela qual pude percebê-los (Villalobos, 1969, xv).

Assim, o autor afirma que o que lhe interessou foram as “idéias formuladas a propósito da educação brasileira” a partir das diversas e diferentes manifestações de educadores e legisladores brasileiros a respeito do tema da lei educacional que se discutia no Congresso Nacional (Villalobos, 1969, xv).

Embora tenha anunciado esse posicionamento metodológico diante do seu objeto de estudo - o que implicaria apenas numa narração dos acontecimentos sem uma interpretação posicionada, como se isso fosse possível - não é esse o resultado produzido, pois a defesa das idéias liberais, com o conseqüente posicionamento do autor, são explicitados diversas vezes ao longo do livro.

Villalobos apresenta o itinerário de diversos projetos que foram discutidos no Congresso Nacional, desde o primeiro projeto de 1948 até o texto final aprovado e sancionado pelo presidente João Goulart, em 1961. Apresenta e comenta esses projetos a partir de seus diversos posicionamentos quanto ao tratamento dado aos níveis primário, secundário e superior, quanto à questão da centralização ou descentralização da gestão da educação, quanto ao financiamento à educação, quanto à formação e função dos Conselhos

⁵ O posicionamento de João Eduardo Rodrigues Villalobos diante dos fatos que marcaram a tramitação da LDB 4.024/61 é discutido no Capítulo 5 de minha tese de doutorado. Ver Carvalho (2003).

de Educação, enfim, quanto a tudo o que era matéria de preocupação dos educadores e legisladores no momento de produção da lei educacional.

O resultado do trabalho de Villalobos é a produção de uma história da tramitação do projeto de LDB, que resultou na lei 4.024/61. História essa que se transformou numa matriz interpretativa e que é utilizada por todos os autores que consultei quando pesquisei tal temática⁶.

A farta documentação utilizada e os detalhados comentários técnicos sobre os diversos pontos da lei certamente são um atrativo no livro e configuram sua grande contribuição à pesquisa sobre o tema, explicando-se, assim, a importância que assumiu na historiografia educacional. Porém, como neste o objetivo não é recuperar a história da LDB e sim apenas refletir sobre a memória construída sobre a campanha em defesa da escola pública que se desenvolveu no final dessa tramitação, vamos centrar nossa atenção na maneira como Villalobos posicionou-se sobre tal acontecimento.

É importante afirmar que Villalobos procura, no corpo do texto, apresentar os diversos projetos de lei educacional segundo as justificativas de seus autores, procurando resistir em tecer comentários pessoais, mas em longas notas de rodapé, não só se posiciona claramente em função de suas idéias liberais como estabelece um diálogo crítico com suas fontes. As notas do autor formam, na verdade, uma outra versão da tramitação do projeto, permitindo perceber claramente o seu posicionamento.

Vejo este fato como interessante porque esse procedimento parece indicar que o autor entendia que suas notas gozavam de uma certa autonomia em relação ao corpo principal do texto, autonomia que chegava ao ponto de ser possível, na sua visão, falar numa posição ideológica neutra, já que o seu posicionamento sobre os principais momentos da tramitação do projeto de LDB aparecem de forma mais clara nesse espaço.

Assim, nessas notas de rodapé Villalobos sai em defesa dos educadores liberais e aparece como autor claramente posicionado em função do objeto que analisa. Será este o mesmo posicionamento adotado quando tratou do tema que aqui nos interessa, qual seja, a Campanha em Defesa da Escola Pública.

⁶ Consultar Carvalho (2003).

Entendendo que os debates em torno da lei educacional deviam ser compreendidos como continuidade dos acontecimentos que já haviam polarizado os educadores católicos e liberais desde a década de 30, Villalobos apresenta a Campanha como mais uma etapa desse processo histórico. Para ele essa polarização atingia, quase trinta anos depois, “o seu ponto culminante na fase final de tramitação do projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (1969, p. 4).

Por tratar-se de uma análise que está na matriz da historiografia sobre o movimento em defesa da escola pública aqui estudado, justifica-se sua apresentação na forma como o autor o definiu, mesmo que para isso seja necessário uma longa citação. Escreveu Villalobos:

Foi em São Paulo, em campanha que abrangeu todo o estado e que de lá foi levada a outros pontos do país, que se organizou a resistência sistemática, incansável, ao projeto, e de onde partiram as maiores pressões no sentido de modificá-lo, pressões que quase lograram equilibrar - outro fato inédito - as que procediam de opositores de há muito organizados e muito mais poderosos. Professores de todos os níveis, estudantes, escritores, jornalistas, operários, representantes das minorias religiosas, homens de diferentes camadas sociais e graus de cultura, muitas vezes distantes de suas convicções morais e políticas, uniram-se no movimento, meses a fio, quase dois anos, muitos no início, menos em seguida, poucos no fim. Organizaram-se, disciplinaram a campanha, escreveram, fizeram conferências onde foram solicitados, reuniram-se em convenções, realizaram comícios, procuraram os senadores, propuseram emendas, redigiram um substitutivo. Três convenções, que lotaram auditórios, foram promovidas na cidade de São Paulo e, desde a primeira, firmaram-se os princípios: em primeiro lugar, os da própria Constituição da República; em seguida, a prioridade do Estado no ministério e na organização do ensino, admitida a iniciativa particular como elemento supletivo, respeitada a legislação vigente; a prioridade do ensino primário em nome do desenvolvimento social-econômico e da efetivação da obrigatoriedade imposta pelo texto constitucional; igual expansão e assistência ao ensino industrial e agrícola; extensão da escolaridade até os 14 anos; reorganização do ensino médio em atendimento às exigências da sociedade moderna; moralização do magistério em todos os níveis; adoção de exame de estado para os portadores de diplomas profissionais de nível superior; eliminação de todas as formas de discriminação nas escolas públicas e particulares; emprego do dinheiro público exclusivamente na manutenção e desenvolvimento da escola pública (Villalobos, 1969: 151 - 152).

Temos na citação acima uma boa definição do que foi o movimento do ponto de vista dos educadores liberais e, principalmente, lemos nessa definição a tese da qual a memória historiográfica da educação brasileira se nutriu.

Sobre a Campanha, João Eduardo Rodrigues Villalobos afirma que embora “intensa nos primeiros meses”, foi “diminuindo gradativamente”, prosseguindo “sem hiatos

até a decisão do Senado, em agosto de 1961" (1969: 147-147). Porém, esse mesmo autor que reconheceu o caráter radicalizado do momento final da tramitação da LDB, não escreve uma só palavra sobre os motivos que teriam provocado a “diminuição gradativa” da Campanha. Não trata da participação dos estudantes, não cita as mobilizações de rua e o envolvimento da sociedade civil como tema.

O que o autor não afirma é que os estudantes continuaram a defender a escola pública com a mesma intensidade anterior, porém, não mais sob a condução dos educadores liberais, fato que a historiografia que foi produzida a partir da memória construída com a colaboração desse educador não registrou. Aqui vale indicar que a força de tal memória impactou também a historiografia crítica em relação à atuação histórica dos chamados educadores liberais. Até os estudiosos que adotaram uma perspectiva marxista na análise do tema e que, portanto, deveriam ser sensíveis ao tema da participação popular, reproduziram a visão histórica que encobriu a importância da participação dos estudantes. Postura essa que pode ser explicada pelo fato desses trabalhos terem ficado restritos apenas às fontes coletadas por Villalobos (1969), que configurou-se assim num guia seguro para todas as análises da tramitação do projeto de LDB as quais tive acesso.

Após esta definição da Campanha Villalobos, novamente numa nota de rodapé, afirma que atribui a esse movimento realizado em São Paulo uma “grande importância”, entendendo-o como um “marco fundamental” de “uma fase decisiva da história contemporânea da educação brasileira, particularmente no campo das idéias” (1969, p. 151, nota 24).

Esta interpretação do movimento também caracteriza a maneira como a historiografia educacional tratou a questão, constituindo-se numa memória do movimento que apagou a luta dos estudantes paulistas pela escola pública. Não estudando a forma como os sujeitos históricos atuaram na defesa da escola pública, ou melhor, privilegiando-se as idéias e não o fazer dos homens portadores dessas idéias, o autor não dá conta do objeto como um fenômeno histórico. Vale lembrar que embora a consciência sobre a importância da escola pública possa ser aferida por um estudo no campo das idéias, ela também é resultante das experiências dos sujeitos, que por isso devem ser estudadas no seu todo (Thompson: 1981).

Aqui temos uma questão decisiva sobre a memória construída sobre a Campanha, pois embora Florestan Fernandes (1966) tenha escrito vários textos apontando para a importância do envolvimento da sociedade civil com a temática da educação, inclusive dos estudantes, essa produção foi pouco considerada pela historiografia, cristalizando-se assim a visão de Villalobos.

Concluindo, é importante lembrar que a leitura realizada por João Eduardo Rodrigues Villalobos sobre a participação dos estudantes paulistas na Campanha em Defesa da Escola Pública foi aqui estudada como um exemplo de nossa historiografia educacional, caso no qual memória e história se confundem, fatos são iluminados e outros apagados, cabendo ao historiador questionar tal relação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Zaia. *A Inteligentsia Educacional. Um Percurso com Paschoal Lemme. Por entre as memórias e as histórias da Escola Nova no Brasil*. Bragança Paulista: IFAN-CDAPH. Editora da Universidade São Francisco/ EDUSF, 1999.

CARVALHO, João do Prado Ferraz de. *A Campanha de Defesa da Escola Pública em São Paulo (1960 -1961)*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2003.

_____. “A Campanha de Defesa da Escola Pública nas páginas de *O Estado de S. Paulo*”. In: HOEFFLER, Angélica. *Tradição e Modernidade: arte, educação e cultura*. Santo André: Editora UniABC., 2003.

_____. “Os estudantes e sua luta na Campanha em Defesa da Escola Pública” In: Pulsar. Revista de Educação. São Paulo: Editora Pulsar, out. – dez. 2005, pp. 27 – 34.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. O novo, o velho, o perigoso: relendo A Cultura brasileira. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (71) : 29-35, nov, 1989.

_____. *A Escola e a República*. São Paulo: ed. Brasiliense, Col. Tudo é História, 1989.

FERNANDES, Florestan. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus Editora/ Editora da Universidade de São Paulo, 1966.

LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In: Enciclopédia Einaudi.1. Memórias-História. Porto: Imprensa nacional- casa da Moeda, 1984.

_____. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp. 1994.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares.” In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, vol. 10, dez. 1993, pp 7 - 29.

THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VILLALOBOS, João Eduardo Rodrigues. *Diretrizes Bases da Educação. Ensino e Liberdade*. São Paulo: Pioneira, 1969.

WARDE, Mirian Jorge. *A historiografia da educação brasileira: construção da memória e do conhecimento*. Projeto de Pesquisa. São Paulo, PUC/CNPq. 1989.